

REPRESENTAÇÕES DA ANTIGUIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: um estudo a partir da figura do imperador romano Heliogábalo (218-222)

REPRESENTATIONS OF ANTIQUITY IN HISTORY TEACHING: a study based on the figure of the Roman emperor Heliogabalus (218-222)

Carlos Augusto Lima Barros²⁵

Artigo recebido em 23 de março de 2023

Artigo aceito em 12 de junho de 2023

RESUMO: O ensino da Antiguidade se apresenta enquanto uma possibilidade de se entender o nosso passado histórico levando em consideração os processos de formação de diferentes culturas e povos. O estudo do imperador Heliogábalo possibilita um ensino preocupado em mostrar essa pluralidade cultural antiga e ao mesmo tempo inserir o gênero na questão do ensino.

Palavras-Chave: Ensino; Antiguidade; Heliogábalo; Gênero.

ABSTRACT: The teaching of Antiquity presents itself as a possibility to understand our historical past, taking into account the processes of formation of different cultures and peoples. The study of Emperor Heliogábalo enables a teaching concerned with showing this ancient cultural plurality and at the same time inserting gender in the issue of teaching.

Keywords: Teaching; Antiquity; Elagabalus; Gender.

Introdução

A Antiguidade está inserida em uma representação que privilegia as raízes europeias e contribuem para elaboração de uma história e identidade ocidental com estudos que focam principalmente em Grécia e Roma. Tem-se a utilização da palavra “clássico” para se referir a ambas estas sociedades e remeter a um caráter positivo sobre sua existência. Os autores Frizzo, Leite e Silva (2023) discutem no início de seu artigo sobre o conceito desse termo e trazem duas significações básicas, a primeira se referia diretamente aos livros que mantinham uma influência enquanto inesquecíveis, se mantendo no inconsciente coletivo ou

²⁵ Na época de escrita deste artigo mestrando em História Profissional pela Universidade Estadual do Maranhão na linha de pesquisa Memórias e saberes históricos pela área de concentração História, Ensino e Narrativas, orientando da Prof^a Dr^a Ana Livia Bonfim Vieira. Atualmente curso mestrado em História na Universidade Federal do Maranhão pela linha Linguagens, religiosidades e culturas na área Histórias e conexões atlânticas: culturas e poderes. Email: carlos.barros1300@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3164-8630>.

individual e a partir daqui se inventa a noção de um padrão de expressão cultural superior, um modelo a ser seguido, já o segundo sentido que se aproximaria mais do humanismo europeu “foi associado diretamente a determinadas heranças das culturas grega(s) e romana(s) antigas, recriadas como origens de uma ideia de Europa ainda em formação” (p. 6), logo esse “clássico” da Antiguidade seria europeu.

Essa ligação com a Europa acaba por fazer com que a história antiga seja vista com desconfiança sobre sua possibilidade de não recair em um ensino eurocêntrico. Logo se faz essencial um ensino crítico da História Antiga que permita pensar maneiras de se compreender as questões atuais do presente a partir desse passado, analisando as estruturas sociais atuais juntamente ao domínio e hierarquia das ideais, bem como as tensões ligadas à memória e às mudanças sociais. Além dessas questões “o desenvolvimento do pensamento histórico a partir de temas da Antiguidade também pode auxiliar os alunos a raciocinarem sobre suas sociedades e identificar narrativas que distorcem o antigo para diversos fins...” (MOEBERK, 2021, p. 69).

A partir desse contexto, o estudo sobre o imperador romano Heliogábalo permite entender a pluralidade cultural que esteve presente na história antiga, combatendo distorções que atestam para uma homogeneidade europeia que beira a uma desqualificação do não europeu ocidental, sendo possível discutir a memória desse imperador estrangeiro em Roma que foi duramente criticado pela forma como performava seu gênero. Para estudá-lo enquanto essa representação da antiguidade, a história cultural se faz de suma importância para interpretar esse personagem nos sentidos que são representados nos autores que o abordam, além disso, analisar questões relativas a gênero e ensino de história antiga complementam essa discussão.

O ensino da Antiguidade e as representações da história cultural

Segundo Frizzo, Leite e Silva (2023, p. 6-11), o ensino de História Antiga no Brasil perpassa por quatro grandes momentos, primeiramente com as experiências jesuíticas na colônia até o século XIX, os jesuítas organizaram suas

metodologias a partir do *Ratio Studiorum*²⁶, baseado em textos gregos e latinos da Antiguidade, o ensino voltava-se para a formação moral e com enfoque na História Clássica. O segundo momento seria das primeiras décadas do século XIX até os anos 1940, com a independência e formação do Estado nacional o ensino escolar de elite recebeu importante incentivo se inspirando no modelo educacional francês da III República, os livros didáticos se concentravam na Europa enquanto auge da civilização, com a história antiga ensinando o mundo greco-romano.

A família real portuguesa, ainda nas primeiras décadas do século XIX constituiu um importante acervo com peças egípcias, etruscas, gregas e romanas, contribuindo para a associação da nação brasileira que estava nascendo à tradição cultural do ocidente.

O terceiro momento vai dos anos de 1940 até final do século XX em que ocorrem reformas educacionais nas décadas de 30 e 40 que culminaram na independência da disciplina da História do Brasil em relação à História da Civilização, além disso, iniciam-se os primeiros cursos universitários de História para formação de professores e a especialização e profissionalização da área de pesquisa em Antiguidade. Também é nessa época, a partir da década de 1980, que a pesquisa profissional em História Antiga e seu ensino nas escolas se aproximam culminando na publicação de diversas obras voltadas para essa área. Os autores chamam atenção para visões eurocêntricas nesse período.

O quarto e último momento ocorre no atual século XXI sendo marcado por uma maior combinação entre a pesquisa acadêmica e o ensino escolar sobre a Antiguidade, com produções e publicações sobre a prática de ensino da História Antiga.

Percebe-se um amadurecimento na forma como essa história antiga é refletida na academia e nas escolas. Os autores apontam problematizações feitas

²⁶ Foi um conjunto de normas e orientações que as escolas jesuíticas deveriam seguir na sua ação pedagógica. “O código representado pelo Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu caracteriza-se como um manual prático que preconiza métodos de ensino e orienta o professor na organização de sua aula” (Toyshima, Montagnoli, Costa, s/d, p. 2).

em relação à narrativa eurocêntrica e os pressupostos orientalistas da Antiguidade Oriental, deslocamento do termo Civilização Greco-Romana para Antiguidade Mediterrânea e a retirada do Egito antigo do seu contexto africano acompanhado de um embranquecimento que permanece na cultura histórica. Além dessa desconstrução, novos problemas e temas surgem como possibilidades de estudo dentro da história antiga como “identidades, conflitos intergeracionais, tolerância religiosa, sexualidade, trabalho e riqueza, poder e política, cultura e diversidade” (p. 14). Com isso se amplia as formas de se estudar o mundo antigo, estando atento às problemáticas que envolvem sua pesquisa e ensino.

Um importante contribuidor para esse olhar mais crítico e amplo da Antiguidade será a história cultural, surgida em meio a quarta geração dos Annales, por volta de 1989, intitulada como uma nova história cultural do social e inspirada nos escritos de Roger Chartier. Rojas (2017, p. 155-156) traz duas concepções sobre a sua metodologia, primeiramente em relação a história social do livro, em que Chartier estuda não somente os aspectos internos deste, mas também os externos que envolvem sua produção, buscando assim uma síntese de suas práticas.

[...] essa história social das práticas culturais propõe analisar todo produto cultural como “prática”, e, por conseguinte, a partir das condições materiais específicas de sua produção, de sua forma de existência, de sua própria difusão e circulação concretas. E um caso emblemático a história social do livro, a qual não se limita apenas aos conteúdos intelectuais e suas mensagens culturais, mas também estuda sua fabricação, o trabalho dos editores, a própria composição material dos textos e sua forma de apresentação dentro do “objeto livro assim como as diferentes formas de sua leitura e recepção por parte dos diversos “públicos” consumidores em cada época.

Outra concepção é a de que a história cultural

[...] na medida em que restitui a condição dos produtos e das práticas culturais como resultados diretos da própria atividade social. Ou seja, é tanto uma prática de leitura determinada como certo conjunto de representações assumidas, é tanto uma manifestação do comportamento cultural de uma classe ou grupo social, quanto uma modalidade de construção do discurso. Seu objeto circunscreve manifestações culturais sempre produzidas, adotadas e reproduzidas por uma dada sociedade em um contexto histórico determinado. (p. 156)

Com isso, faz-se essencial partir do referente social e histórico para compreensão das práticas e fenômenos culturais, levando em consideração a época e o local em que estão inseridas, bem como os envolvidos.

Essa renovação historiográfica através dos Annales possibilitou uma maior abertura nas metodologias, uso de fontes e abordagens. A história cultural permitiu uma análise do multiculturalismo e choques culturais existentes na Antiguidade, além disso, a ligação com a arqueologia e antropologia complementa um olhar crítico com o diferente e a alteridade. Sendo assim, o estudo da história antiga permite “a compreensão de práticas culturais do passado que são diferentes do presente” (SILVA; GONÇALVES, 2015, p. 8), se apresentando como fonte de estudo de diferentes aspectos mesmo dada sua distância temporal ou mesmo geográfica para o contexto brasileiro.

A percepção dos diferentes aspectos possíveis de serem trabalhados a partir da antiguidade contribui para uma maior aproximação daqueles que o estudam, se desviando de uma noção comum de extrema limitação nas temáticas para se aproximar de um conhecimento histórico comprometido em analisar criticamente aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que muitas vezes perpassam por conceitos teóricos da atualidade como gênero, relações de poder, sexualidade, entre outros.

Gênero e sexualidade no ensino de história

Como colocado acima, a partir dos estudos modernos a Antiguidade passou a ser abordada em diferentes aspectos, dentre esses o gênero se mostra enquanto uma discussão passível de ser feita, levando em consideração o contexto da época e da sociedade.

Ao explorar sobre o que seria gênero, Joan Scott (1994, p. 13) coloca

[...] gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo

e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada.

A autora conceitua gênero enquanto essa marca que diferencia homens e mulheres, funcionando não como uma simples observação das diferenças físicas, mas sim como um saber que a partir de diferentes culturas, épocas e grupos sociais, estabelece significados para as diferenças corporais, moldando assim o que seria próprio do masculino e feminino.

Guacira Lopes Louro em seu livro *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*²⁷ (2000) discute logo no início do primeiro capítulo sobre as mudanças ocorridas do século XX até a atualidade nas diferentes dimensões da vida de mulheres e homens. É apontado que as transformações das práticas e identidades levaram a diferentes formas de fazer-se mulher ou homem. Desde a década de 1960, o debate em torno dessas identidades e práticas sexuais e de gênero, incentivado por movimentos feministas e de gays e lésbicas como também o daqueles contrários a essas manifestações, se multiplicaram e visibilizaram novas identidades sociais, o que vai se intensificando ao longo do tempo.

Se as transformações sociais que construíam novas formas de relacionamento e estilos de vida já se mostravam, nos anos 60, profundas e perturbadoras, elas se acelerariam ainda mais, nas décadas seguintes, passando a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais. As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas certezas; implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de "realidade" (LOURO, 2000, p. 4-5).

Com isso novas identidades surgem e requerem um espaço e participação na sociedade, rompendo com as noções tradicionais que se tinham até então. As transformações que advém com esses novos sujeitos impactam mesmo aqueles

²⁷ No arquivo em formato pdf utilizado as páginas não estavam paginadas, logo preteri considerar a paginação do pdf em si para melhor organização.

que não vivenciam de forma tão expressiva essas mudanças e com isso “constituem novas formas de existências para todos” (p. 5)

Um cenário com tantas mudanças que produz novas identidades que desejam ter um lugar social e muitas vezes político requer uma educação que contemple essa diversidade, logo um ensino voltado para a abordagem das questões de gênero se mostra enquanto uma opção para contemplar esses novos sujeitos e ao mesmo tempo discutir com aqueles que irão ter contato com estes.

Ao discutir sobre a presença da abordagem de gênero e sexualidade na BNCC, Araújo²⁸ (2021) coloca que a inserção dessa temática nas instituições de ensino no âmbito nacional se deu com a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 através do tema transversal: pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual; já na BNCC, sua primeira versão (2015) apresenta gênero e sexualidade “voltadas às orientações sexuais, enfatizando o respeito ao próximo e à diversidade” (p. 271), na segunda versão (2016) continua sendo refletidas as mesmas questões do ano anterior, com ambas as versões possibilitando debates no ambiente escolar voltados à diversidade, contudo ao chegar na versão de 2017 o cenário se altera com o conceito de gênero aparecendo voltado para textos, discurso, música, cartografia sendo que a diversidade é simplesmente banida.

Com isso se percebe essa tentativa de conter essas discussões no meio escolar, contudo conforme foi colocado anteriormente faz-se de extrema importância em meio a esse contexto de diversidade que sejam debatidos gênero e sexualidade na educação.

E ao trazer essa discussão para o âmbito do ensino de história, mais especificamente para a Antiguidade, se busca contribuir para a transgressão das normas de gênero na cultura escolar, que como colocado por Dominique Julia (2001, p. 10-11), é um repertório simbólico que produz sujeitos imbuídos de valores, direitos e deveres, logo um ensino abordando gênero e sexualidade

²⁸ O artigo do autor possui dois erros na escrita das palavras no título, apresentando implemenação ao invés de implementação e sexualidade no lugar de sexualidade.

possibilita um afastamento de binarismos, silenciamentos com vista a produzir corpos com conhecimentos padronizados e rasos.

O que advogamos é um propósito teórico e de método que busque contar a história das relações de gênero (e não apenas a história das mulheres) e ao mesmo tempo um propósito político alinhado à educação em e para os Direitos Humanos, que é buscar o horizonte ético da equidade de gênero, um conjunto de esforços para combater as desigualdades de gênero, que são flagrantes em todas as sociedades. A inserção dos temas em gênero e sexualidade no ensino de História fala de uma aula preocupada com a história da distribuição de poder entre homens e mulheres, entre o que é considerado feminino e o que é considerado masculino em cada sociedade e suas valorizações. Que fique assumido que o gênero é um elemento estruturante das relações sociais [...] Para isso, valemo-nos de Joan Scott: “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Em outra passagem, a autora afirma que “[...] o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. [...] Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder” (SCOTT, 1995, p. 88). (SEFNER In. ANDRADE; PEREIRA, 2021, p. 430).

Trabalhar gênero e sexualidade na história permite entender essas relações de poder que operam nas categorias homem e mulher, a forma como se distribuem e agem com vistas à fabricação de corpos que sigam o padrão desejado, entendendo as diferenças nessas relações ao longo do tempo e nas diferentes sociedades e também trazendo personagens muitas vezes esquecidos ou silenciados por não estarem de acordo com esse padrão, como é o caso de Heliogábalos.

A representação de Heliogábalos para o ensino de História

Tratar da representação de Heliogábalos para o ensino de história é entendê-lo enquanto uma memória imperial romana a ser recuperada e estudada. Mesmo com sua importante posição e com escritos sobre este, permanece seu desconhecimento e silêncio, fazendo-se necessário resgatar seus registros e buscar entender o que estes buscam indicar, proteger, reforçar.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões,

clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 9).

Como dito anteriormente, os escritos sobre Heliogábalo transmitem uma visão negativa sobre este, o que advém de um desejo de interpretar os acontecimentos passados relativos ao imperador enquanto sinais de que ele foi um governante ruim, tal qual outros em Roma, incluindo-o em um e excluindo-o de outro grupo, no caso, os bons imperadores. Quando a documentação expõe uma visão negativa sobre Heliogábalo está definindo na memória um lugar que o cabe enquanto esse sujeito que não teve um bom governo.

Pollak coloca ainda que o dizível e o indizível distanciam “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada” (p. 8), pois destacam justamente a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado querem transmitir, logo quando o conhecimento sobre o imperador perpassa por um silenciamento se pode refletir que este se encaixa no indizível que não serve ou não é de bom tom que se tenha uma associação.

Le Goff (1994) associa a memória coletiva com a luta de forças sociais pelo poder, chamando atenção que as classes, grupos e indivíduos dominantes das sociedades históricas se preocupam em controlar a memória e o esquecimento. Com a passagem da oralidade para a escrita este trabalho se tornou ainda mais efetivo com perpetuação da lembrança através da inscrição, escrever tem por função dupla o armazenamento de informações e a passagem da esfera auditiva para a visual. O autor com base em Veyne traz à discussão o uso da memória coletiva para uso próprio através de monumentos públicos e inscrições, enquanto ao mesmo tempo coloca também a existência da possibilidade de destruição da memória, como se percebe no silenciamento em relação à Heliogábalo.

Veyne [1973] sublinhou a confiscação da memória coletiva pelos imperadores romanos, nomeadamente pelo meio do monumento público e da inscrição, nesse delírio da memória epigráfica. Mas o senado romano, angariado e por vezes dizimado pelos imperadores,

encontra uma arma contra a tirania imperial. É a *damnatio memoriae*, que faz desaparecer o nome do imperador defunto dos documentos de arquivo e das inscrições monumentais. Ao poder pela memória responde a destruição da memória (p. 382).

O imperador romano Heliogábalo se apresenta enquanto uma figura bastante interessante que vai de contraponto a muito do que se mostra sobre a chamada Antiguidade Clássica, por exemplo, em Grécia tem-se a exaltação de Atenas como o berço da filosofia e da democracia, pensadores que influenciam ainda hoje o mundo moderno e em Roma se lembram das grandes expansões, dos gladiadores, dos grandes imperadores que representavam o auge da virilidade e estratégia em governar o grande território romano, contudo ao se parar para analisar o imperador se percebe um sujeito que foi bastante criticado pela sua performatividade de gênero que envolvia a sua entrega a diversos homens, utilização de roupas associadas às mulheres e um temperamento dito feminino. Além da questão de gênero é importante ressaltar que Heliogábalo também tem um destaque negativo em relação a sua identidade cultural, pois era originário da Síria, bem como também sobre sua religião que cultuava o deus Elagabal.

Heliogábalo foi um jovem de origens siríacas, nascido por volta de 203 d.C. na Síria, local onde viveu até se tornar imperador. Descendente da princesa síria e imperatriz romana Júlia Domna, esposa do imperador romano Septímio Severo, logo possuía uma ligação com a dinastia dos Severos que governou o império romano entre 193 e 235. Essa dinastia se iniciou com Septímio Severo e terminou no reinado de Alexandre Severo, primo de Heliogábalo.

Seu nome de nascimento é Vario Avito Basiano, passando a se chamar Marco Aurélio Antonino após ser eleito imperador “em referência aos imperadores Antoninos admirados pelos Severos e a Caracala, imperador Severiano antecessor que recebeu o nome de Antonino...” (SILVA, 2017, p. 146). Seu nome latinizado *Heliogabalus*, traduzido por Heliogábalo faz referência ao deus Elagabal, o deus solar de sua cidade natal e do qual ele foi sacerdote.

Sua trajetória política se inicia a partir da ação de sua avó, Júlia Mesa que se aproveitando do nome do imperador já falecido, Caracala, declara que seu neto seria seu filho ilegítimo, associando-o assim a alguém que já havia governado Roma.

Júlia Mesa, a astuta e matreira avó, declarou que Vário Avito era o filho ilegítimo de Caracala! Descendia, pois, segundo essa revelação, em linha direta da casa dos Severos! E só um Severo, digno de trazer o nome de Antonino, podia ser eleito imperador.

Pôde-se verificar que, aos olhos de Júlia Mesa, a reputação de sua filha tinha importância bem secundária em relação com a aspiração ao trono de seu neto. E Sêmis, na esperança de ver seu filho reinar em Roma, não hesitou, diante do povo, em expor-se ao escândalo e à vergonha. Conseguiram as duas mulheres, à força de persuasão, convencer os romanos que o jovem grão-sacerdote era, com efeito, o bastardo de Caracala. Lembremos que naquela época, eram os Antoninos venerados como deuses. O novo Antonino não tardou em receber as homenagens e os testemunhos honoríficos das cidades do império romano. [...] (LISSNER, 1985, p. 357).

O imperador atual, Macrino, havia usurpado o poder de Caracala em 217 d.C., em um golpe que resultou na sua morte, além disso, não pertencia à dinastia dos Severos. Com o destaque de Heliogábalo e crescente insatisfação romana do seu governo, após ter firmado paz com um grande inimigo dos romanos, os partas, Macrino se viu em risco, e acaba entrando em guerra contra os aliados de Vario Avito, culminando em sua derrota e assassinato juntamente do seu filho em 218 (p. 357).

Em 218, Heliogábalo se torna então oficialmente imperador de Roma, iniciando uma trajetória que irá ser permeada por críticas ao seu governo. Enfocando nas questões da performatividade de gênero têm-se associações negativas de Heliogábalo ao feminino.

[...] 4 Além disso, recriava a história de Páris, em casa, desempenhando ele mesmo o papel de Vénus. De repente, deixava cair aos pés as suas vestes e, com uma mão sobre o seio e outra sobre as partes pudendas, ajoelhava-se nu e erguia o traseiro, que esticava e oferecia ao enrabador. 5 Assumia também no rosto a expressão que os pintores dão a Vénus e depilava todo o corpo, considerando que o principal desfrute da vida consistia em parecer digno e ao mesmo tempo capaz de satisfazer o prazer do maior número de pessoas possível. (Vida de Antonino Heliogábalo, V 4-5, p. 193).

Nesse trecho é interessante notar duas questões, a primeira a associação do imperador à figura de Vênus, mais especificamente a famosa pintura de Sandro Botticelli, O nascimento de Vênus, nessa parte além de ser diretamente associado a uma figura feminina também se destaca uma posição passiva ao ser esperado ser penetrado por outros homens, o que segundo Thuillier (2013, p. 82-83) representaria a atitude de um efeminado e que abriu mão de sua virilidade.

[...] em Roma, a virilidade se caracterizava primeiramente por uma sexualidade ativa e não passiva ou, para falar mais precisamente, visto que alguns contestam esta ideia de uma atitude passiva – o parceiro “passivo” num casal não o sendo totalmente -, homem é aquele que penetra sexualmente seu parceiro seja qual for o modo de penetração bem como o parceiro penetrado. Em contrapartida, ser penetrado sexualmente não pode ser senão coisa de efeminado, de um homem que abdicou de sua virilidade, ao menos parcialmente.

Não é por menos que Élio Lamprídio, autor que teria contado a história do imperador nessa obra²⁹, narra de forma negativa algumas atitudes de cunho sexual do imperador referente aos seus envolvimento com outros homens, por exemplo, colocando que beijava os órgãos genitais de um de seus amantes, Hiérocles (VI 5, p. 194), que inaugurou banhos públicos para que assim pudesse descobrir os homens com membros avantajados (VIII 6, p. 199) ou que colocava em postos de trabalho “gente que lhe era recomendada apenas pela enormidade dos seus membros pudibundos” (XII 2, p. 203).

Outra questão é em referência a depilação do corpo que Lamprídio cita que Heliogábalos fazia, segundo Thuillier (2013, p. 104-105) a barba e o pelo demonstravam virilidade, separavam o *vir*³⁰ do *puer*³¹ e conseqüentemente atestavam uma maturidade naquele sujeito, logo essa atitude do imperador com certeza não era bem vista, pelo contrário, novamente o associaria a ideia do

²⁹ A História Augusta é composta por diferentes autores que escreveram sobre os imperadores romanos em documentações e foram reunidas em formato de livro.

³⁰ Ideia de masculino, virilidade, maturidade.

³¹ Ligada à juventude, imaturidade, passividade.

feminino, “ter as pernas depiladas, lisas (leves), em suma, uma pele de *puer*, é proeza de homens passivos, um critério, um sinalizador de feminidade” (p. 105).

O gênero perpassa pelo estabelecimento de diferenças sexuais que atribuem determinados significados para as diferenças que existem entre os corpos, e ao trazê-lo para a discussão sobre Heliogábalo se nota como a representação trazida por Lamprídio vai contra com os ideais de uma “masculinidade” que o imperador deveria seguir.

Em relação à performance de gênero que abordo ao longo do artigo me refiro ao conceito de performatividade trabalhado pela teórica Judith Butler que o apresenta enquanto o que se faz, mas não o que se é, se constituindo por ações inscritas nos corpos que visam marcar as masculinidades e feminilidades atribuídas aos sujeitos.

[...] o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. [...] O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. [...] uma identidade construída, uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. (Butler, 2003, p. 200).

Ao criticar a forma como se portava no cotidiano destoando do costume *vir* e também a maneira como lidava com seus envolvimento sexuais, os autores apresentam um imperador que desviava dos costumes esperados por um homem romano e mais ainda por um imperador, negativando a forma como este escolhia performar seu gênero.

Trazendo essa discussão para o âmbito do ensino da Antiguidade e das discussões em torno de gênero e sexualidade é possível debater conceitos como o da virilidade para o homem romano naquela época, fazendo paralelos para a masculinidade contemporânea, além disso, apontar a forma como mesmo um imperador poderia destoar desses ideais da época, o que demonstra a pluralidade de sujeitos presentes nessa sociedade. Gênero e sexualidade são duas categorias

possíveis de serem trabalhadas para problematizar as relações de poderes que existiam na Roma antiga, levando em consideração o contexto da época.

Bibliografia

Documentação textual

HISTÓRIA AUGUSTA. Vidas de Hélio Pertinaz, Dídio Juliano, Severo, Pescênio Nigro, Clódio Albino, Antonino Caracala, Antonino Geta, Opílio Macrino, Diadúmeno Antonino, Antonino Heliogábalo. Volume II. Tradução do latim, introdução, notas e índice de Cláudia A. Teixeira, José Luís Brandão e Nuno S. Rodrigues. Coimbra: Universidade de Coimbra, CECH, 2011.

Obras Gerais

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho de. Gênero e sexualidade na BNCC: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na educação básica.

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 8, N.1 - janeiro de 2022, pág. 263-286.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade; tradução: Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRIZZO, Fábio; LEITE, Priscilla Gontijo; SILVA, Uiran Gebara da. Devemos fazer tábula rasa dos passados distantes? A antiguidade na cultura histórica e nas escolas brasileiras. **Revista História Hoje.** São Paulo, v. 12, nº 24, 2023, p. 5-27.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas, n. 1, 2001, p. 9-44.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LISSNER, Ivar. **Os Césares:** apogeu e loucura. Tradução Oscar Mendes. Editora Itatiaia – Belo Horizonte, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade In. _____ (org). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva 2ª Edição Autêntica Belo Horizonte 2000, p. 4-24.

MOERBECK, Guilherme. Em defesa do ensino da história antiga nas escolas contemporâneas: base nacional curricular comum, usos do passado e pedagogia decolonial. **Brathair** 21 (1), 2021, p. 50-91.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos,** v.2, n.3, 1989. p. 3-15.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. As lições de método da historiografia ocidental mais contemporânea. In: _____. **A Historiografia no século XX: História e Historiadores entre 1848 e... 2025?** Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: EDUSP, 2017, p. 153-174.

SCOTT, Joan. Preface a Gender and politics of History. Tradução de Mariza Corrêa, IFCH/Unicamp, **Cadernos Pagu** (3), p. 11-27, 1994.

SEFFNER, Fernando. É raro, mas acontece muito: aproximações entre ensino de História e questões em gênero e sexualidade. In. ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Ensino de história e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 422-437.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da; GONÇALVES, Jussemar Weiss. O ensino de história antiga: algumas reflexões. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis – SC, 2015.

SILVA, Semíramis Corsi. Barbaridade versus Humanitas no Principado Romano: a política e a construção da imagem do imperador Heliogábalos (século III EC). Revista **Alétheia** – Estudos sobre Antiguidade e Medievo – Nº2/2017, p. 114-136.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; MONTAGNOLI, Gilmar Alves; COSTA, Célio Juvenal. **Algumas considerações sobre o Ratio Studiorum e a organização da educação nos colégios jesuíticos**. Anais – Grupo de estudo Processo Civilizadores, s/d.

THUILLIER, Jean-Paul. Virilidades romanas: vir, virilitas, virtus. In: CORBIN, Alain et al. **História da virilidade**. Petrópolis: Vozes, vol. 1, 2013, p. 74-124.